

# Políticas públicas de turismo: a hospitalidade pública ao excursionista em Bertioga

Profª M. Silvia Rubino (UAM) [silviarubino@uol.com.br](mailto:silviarubino@uol.com.br)

## Resumo

Este estudo tem como objetivo analisar o conceito de excursionismo relacionando-o com a representação social formada pelo imaginário popular brasileiro, traduzida na alcunha do termo “farofeiro”, bem como uma análise do universo cultural. Aborda a hospitalidade pública do ponto de vista da infra-estrutura e das políticas públicas municipais voltadas para o excursionismo. Elaborou-se um estudo de caso do município de Bertioga, que por ser próxima a São Paulo, recebe grande quantidade de excursionistas, não oferecendo infra-estrutura turística adequada e políticas públicas que contemplem a hospitalidade para o excursionista, ao contrário, promovem a exclusão. Estabeleceram-se indicadores de hospitalidade relativos ao excursionismo e a infra-estrutura adequada para a praia e seu entorno. Apresentam-se dados e análises do: perfil do excursionista que acessa Bertioga, da percepção dos moradores locais a respeito do excursionista tido como farofeiro, das políticas públicas de turismo em Bertioga para o desenvolvimento do turismo local.

**PALAVRAS CHAVES:** Excursionismo, Indicadores de hospitalidade pública, Políticas públicas de turismo.

## 1. Contextualização do Excursionismo em Bertioga

Num domingo de janeiro de 1993 a pacata cidade de Bertioga, recém emancipada politicamente de Santos, amanheceu completamente tomada por ônibus de excursão, um verdadeiro mar de pessoas ávidas por passar um dia de lazer na praia.

Este dia ficou marcado na vida dos cidadãos bertioguenses e dos turistas que presenciaram tal situação de superlotação da cidade, que apesar de oferecer infra-estrutura por meio do Terminal Turístico, não suportou a presença de aproximadamente 1.200 ônibus de excursão que acessaram ao mesmo tempo o município. Um verdadeiro caos foi instaurado, pois as ruas de acesso ao terminal turístico encontraram-se completamente tomadas por ônibus de excursão, formando fileiras com mais de 2 km. de ônibus estacionados de forma irregular. Mediante tal situação o município foi fechado momentaneamente para o excursionismo até que algumas medidas de regulação da atividade fossem implantadas. Desde então, uma série de políticas públicas foi adotada no município tendo-se como principal meta à restrição e coibição do excursionismo, sem que fossem implantadas estruturas

turísticas destinadas a receber o público excursionista de forma adequada, o que apenas escamoteou o problema, que ficou tão evidenciado naquele janeiro de 1993.

Conforme o contexto acima, o cerne do trabalho refere-se a Hospitalidade Pública ao Excursionismo em Bertioga, pois devido muitos anos de frequência ao local, observou-se de perto e vivenciou-se muitos dramas, que levaram à plena convicção de que se trata, de fato, de um sério problema a ser resolvido pelas autoridades locais de forma efetiva.

Ao tentar investigar sobre o tema, percebeu-se que na literatura há uma escassez de estudos sobre o Excursionismo em si. Dos poucos trabalhos encontrados sobre o assunto, a questão abordada se referia no geral ao Excursionista com estereótipo de bagunceiro, pobre, poluidor sonoro, visual e ambiental das praias, geralmente conhecidos como “farofeiro”. Por acreditar que essas afirmações poderiam ser simplesmente preconceituosas e não satisfazerem a preocupação e/ou curiosidade em relação ao problema do Excursionismo em Bertioga, procurou-se aprofundar o assunto para conhecer melhor esse tipo de visitante e entender a questão particular de Bertioga e, especialmente, conhecer como as políticas públicas vêem a questão (AOUN, 2001; MACEDO & FIGUEREDO, 1986; MAGNANI, 1998; RODRIGUES, 1997).

Neste contexto, passou-se a investigar, como se processam e qual é o papel do planejamento e das políticas públicas do turismo, da importância do setor turístico a nível nacional, estadual e municipal, e da própria comunidade de Bertioga no que se refere ao recebimento de excursionistas.

Por hipótese inicial entendemos que o Excursionista não é foco do problema para as regiões turísticas, ou no caso específico, para Bertioga, o pressuposto era que problema estaria nas políticas públicas inadequadas para receber esse tipo de visitante.

## **2. Metodologia**

Para a consecução dos objetivos propostos neste estudo, adotou-se dois tipos de pesquisa: uma revisão bibliográfica, levantada por meio da leitura de livros, revistas científicas, teses, dissertações, boletins, jornais e artigos da Internet; e uma pesquisa de campo, cuja técnica escolhida foi o estudo de caso, porque é a mais flexível e que permite analisar o maior número de ângulos do problema. A coleta de dados foi feita por meio de entrevistas formais e informais junto aos moradores locais, moradores de segunda residência e excursionistas.

Parte da pesquisa de campo foi realizada para se investigar o estereótipo do excursionista conhecido sob a alcunha de “farofeiro”, o perfil sócio-econômico e de lazer do excursionista que frequenta Bertioga, e as impressões e opiniões da comunidade local e proprietários de segunda residência a cerca da atividade do excursionismo e das políticas públicas voltadas para este tema em Bertioga.

A fim de verificar a representação social do excursionista, foi realizada uma enquete, junto a cinquenta pessoas da Universidade Anhembi Morumbi, entre elas haviam professores, na faixa etária dos 25 aos 60 anos, e alunos, na faixa etária entre 17 a 22 anos de idade. A enquete foi composta por duas perguntas, a primeira sobre a imagem que o respondente faz do excursionista, utilizando a palavra-estímulo “farofeiro” e a segunda sobre o que se imagina que os excursionistas levam em sua viagem, apresentou como resultado a confirmação do estereotipo de bagunceiro, pessoas com baixo poder aquisitivo, que vai a praia por um dia e leva consigo alimentos e bebidas.

Em relação à comunidade de Bertioga, foram aplicados 100 questionários, em vários bairros, a fim de contemplar o município por inteiro e não apenas se restringindo aos pontos de concentração de excursionistas, evitando desta forma uma possível tendência na pesquisa.

Para traçar o perfil sócio-econômico e de lazer do excursionista, foram aplicados 100 questionários, ao longo das praias do município, buscou-se aplicar a pesquisa nos pontos de maior concentração de excursionistas tanto particulares como coletivos, segundo informações cedidas pela população, pela Secretaria de Turismo e pelo conhecimento *in loco* da autora.

Foi realizado um levantamento fotográfico com o intuito de registrar os impactos ambientais provocados pela atividade do turismo com ênfase no excursionismo em Bertioga, o acervo conta com aproximadamente 150 fotografias tanto impressas como digitais para melhor ilustração da pesquisa.

A fim de pontuar os focos de concentração de excursionistas no município de Bertioga, foi realizada uma análise do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentado de Bertioga, elaborado em 1998, no que tange ao Código de Uso e Ocupação do Solo, para assim verificar em mapas as áreas apropriadas para ocupação de excursionistas, conforme tal lei municipal.

Com base nestas informações foi elaborado um descritivo de cada praia, abordando a infra-estrutura e o uso do espaço.

Como segunda etapa, foi verificado *in loco*, as áreas que usualmente são utilizadas pelos excursionistas e foram comparadas ao Código de Uso e Ocupação do Solo. Foi elaborado um novo mapa de todo o município que contemplou apenas a demarcação dos

pontos de concentração de excursionistas conforme o tipo de excursionistas (particular e coletivo).

Procurou-se evidenciar por meio da análise do uso do solo e das políticas públicas territoriais como é tratada a problemática do excursionismo. Para tanto se elaborou outro mapa por meio da coleta de pontos geográficos registrados em *Global Position System* (GPS) ao longo de toda a costa litorânea do município de Bertiooga, com o intuito de demonstrar a real ocupação dos espaços pelos excursionistas. Foram coletados pontos onde há a concentração de excursionistas tanto particulares (que acessam o município por veículo próprio) e por excursionistas coletivos (que acessam o município por veículos coletivos como ônibus, kombis e vans).

Em posse destes dados foi executado um quadro composto pelas seguintes variantes: local, uso do solo, zoneamento, tipo de excursionista, tipo de veículo, tipos de estacionamentos, pontos de restauração, banheiros, duchas, áreas para churrasco, comércios, lixeiras, atividades programadas de lazer, sinalização de acesso, sinalização turística, área de sombreamento implantada e natural e salva-vidas. Teve como finalidade possibilitar uma melhor visualização das praias em relação à infra-estrutura turística para o recebimento de excursionistas.

Este quadro serviu como base para a execução de um segundo quadro, onde foram acrescentadas as seguintes variáveis: infra-estrutura mínima, infra-estrutura complementar, para que junto à classificação de zoneamento, foi possível estabelecer uma pontuação às áreas apropriadas para o excursionismo.

Foram adotados como indicadores de hospitalidade as seguintes variáveis: tipo de estacionamento público e privado, lanchonete, padaria, restaurante por quilo, banheiro público e privado, ducha pública e privada, lixeiras, sombreamento implantado e salva vidas. Este conjunto compõe a infra-estrutura mínima para o recebimento de excursionistas, e a cada um deles foi atribuído o valor um, que totaliza ao final o valor dez, sendo o peso equivalente a dois. O segundo conjunto de indicadores refere-se à infra-estrutura complementar, que é composto pelas seguintes variáveis: restaurante *à la carte*, bar, área para churrasco pública e privada, comércio, atividades programadas de lazer, sinalização turística, sinalização de acesso e área de sombreamento natural. A valoração se deu da mesma forma que os indicadores de infra-estrutura mínima, sendo o peso equivalente a um. A mesma metodologia foi aplicada ao zoneamento, com peso dois.

Ao final por meio da somatória de todos esses valores foi possível estabelecer uma classificação das áreas que seriam mais apropriadas para o excursionismo, e aquelas de maior conflito.

Considerou-se muito útil à elaboração destes mapas e quadros, pois permitiu elaborar uma escala e conjunto de indicadores de hospitalidade para o excursionismo, demonstrado através dos mapas a real situação do uso e ocupação do solo, resultado da pesquisa.

### **3. Planejamento e Políticas Públicas no Setor do Turismo**

Pode-se definir a política pública como conjunto de ações executadas pelo Estado, enquanto sujeito, dirigidas a atender às necessidades de toda a sociedade DIAS (2003).

Também é possível conceituar política pública como um conjunto de regras e ações que são elaboradas e executadas pelo Governo, embasada numa ideologia para o benefício da coletividade, da população.

Tais políticas públicas podem ocorrer de forma harmônica, umas articuladas às outras, ou seja, o exercício da intersectorialidade da própria administração pública com o objetivo de trabalhar em conjunto com as várias secretarias do governo, visando o bem da coletividade de forma integrada.

O papel do Estado na organização do turismo é de vital importância pois estabelece os parâmetros do desenvolvimento da atividade nas suas prioridades e nos impactos sociais que afetam o bem estar da população. Segundo FELLINI (1973, p.73), a atividade turística necessita de três componentes básicos:

a) Infra-estrutura de base: que compreende as condições de acesso (estradas, ferrovias, aeroportos, rodovias, hidrovias, etc) e as de caráter urbano (redes de energia, água, iluminação, esgotos).

b) Superestrutura turística: que é representada pelo conjunto de elementos que possibilitam a estada dos visitantes em determinado local (acomodação, alimentação, comércio, diversões, agências de viagens, lazer).

c) Indústria turística em sentido estrito: alojamento e alimentação (hotéis, campings, restaurantes, bares, pousadas).

O bom planejamento dessas estruturas permite delinear melhor o desenvolvimento do turismo, como também definir os elementos de interdependência e prioridades necessárias.

O planejamento deve ser feito pelo próprio Estado nos três níveis do governo: federal, estadual e municipal. Conforme o Sistema de Gestão do Turismo do Plano Nacional de Turismo (PNT) 2003/2007, o governo federal por meio do seu Ministério do Turismo elabora

políticas, programas, ações e forma parcerias, disponibilizando recursos de capital, informação, de gestão e orientações estratégicas. No nível estadual, as secretarias otimizam e ordenam as demandas, prioriza as ações emanadas da política. E por fim no nível municipal, estabelece as linhas gerais que devem ser seguidas para desenvolver o turismo baseando-se na sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural do município.

Para BENI (2003), Planejamento consiste no seu sentido mais lato, em um processo que estabelecem objetivos, define linhas de ação e planos detalhados para atingir metas e determina os recursos necessários à sua consecução. Outros autores ainda definem o planejamento como sistema de idéias organizado racionalmente para determinar plano de ações.

Ainda há a visão de que o planejamento pode contemplar a questão de flexibilidade, da dinâmica e do acompanhamento periódico dos resultados:

O planejamento é uma atividade, não é algo estático, é um devir, um acontecer de muitos fatores concomitantes que têm que ser coordenados para se alcançar um objetivo que está em um outro tempo. Sendo um processo dinâmico é lícita a permanente revisão, a correção de rumos, pois exige um repensar constante, mesmo após a concretização dos objetivos BARRETO (1991, p.12);

O sucesso do planejamento está ligado à escolha das variáveis. As variáveis que devem ser sempre consideradas são: a organização administrativa, o planejamento financeiro e orçamentário, o grau de influência das instituições e a situação política, entre outras (LAFER, 1987).

O desenvolvimento do turismo deve ser planejado pelo Estado nas suas três esferas do governo, seguindo uma política pública previamente elaborada e aprovada.

A política pública de turismo estabelece metas e diretrizes que orienta o desenvolvimento socioespacial da atividade, tanto no que tange à esfera pública como no que se refere iniciativa privada (CRUZ, 2002).

Para BENI (2001), uma política de turismo deve ser estruturada levando-se em consideração que deve nortear-se por três grandes condicionamentos: “o cultural, o social e o econômico”, aos quais pode ser agregado o ambiente.

Goeldner, Ritchie e McIntosh (2002), entendem como política publica:

Um conjunto de regulamentações, regras, diretrizes, diretivas, objetivos e estratégias de desenvolvimento e promoção que fornece uma estrutura na qual são tomadas as decisões coletivas e individuais

que afetam diretamente o desenvolvimento turístico e as atividades diárias dentro de uma destinação.

Em termos genéricos, por políticas públicas se entende a ação do Estado orientada pelo interesse geral da sociedade. E no turismo, o papel das políticas públicas deveria ser o de propiciar o desenvolvimento harmônico dessa atividade. Cabe ao Estado construir a infraestrutura de acesso e a infra-estrutura básica urbana e prover de uma superestrutura jurídico-administrativa (secretarias e similares) cujo papel é planejar e controlar os investimentos que o Estado realiza – que permitem o desenvolvimento da iniciativa privada, encarregada de construir os equipamentos e prestar serviços (BARRETO, 2003, p.33)

Em muitos países, o turismo exerce um papel fundamental na economia do país. A sua importância se dá em virtude dos efeitos multiplicadores que o turismo exerce sobre as variações de renda, do emprego, do produto e da entrada e saída de divisas, em decorrência dos gastos com o turismo. A determinação do valor numérico desses multiplicadores é de grande importância para o planejamento econômico racional e eficiente do setor turístico, pois permite o governo quantificar o tamanho dos diferentes impactos que são determinados pela variação dos níveis de gastos na compra de produtos turísticos existentes, em especial nos países em processo de crescimento e desenvolvimento econômico (LAGE 2001 p. 127)

O Estado exerce um papel fundamental no desenvolvimento do turismo num país, região ou município. O governo exerce os seguintes papéis no desenvolvimento do turismo: o de coordenar, planejar, legislar e regulamentar, incentivar, atuação social e promover (BENI 2000 p. 127; OMT, 2003).

#### **4. Planejando o Turismo em Nível Local**

O turismo por ser um produto cujo consumo se realiza no local de produção, carrega consigo certos riscos para a localidade e para a região. O mau uso do turismo traz uma série de impactos negativos como especulação imobiliária desenfreada e pela desarticulação na ocupação do espaço, poluição sonora, aumento do lixo, aumento da criminalidade, aumento da prostituição, degradação do meio ambiente e mudança de hábitos e costumes.

Para poder gerenciar melhor os impactos negativos de uma localidade, é necessário que haja um planejamento coordenado pelo município para evitar o surgimento desses problemas.

Cabe ao município, o planejamento e a exploração do turismo sustentável. Oferecer infra-estrutura básica necessária ao turismo reduzindo ao máximo os impactos que por sua vez possa gerar. Definir os critérios para tipos e formas de investimentos (pequena escala,

investimentos integrados ambiental e economicamente). Definir o incentivo à exploração do turismo por parte da iniciativa privada (isenção de tributos). Classificar e vistoriar as infra-estruturas de alojamento e alimentação, diversões, visando a melhoria de qualidade. Organizar juntamente com a comunidade empresarial do município, um calendário de eventos local com festas típicas, populares e folclóricas.

## **5. Hospitalidade Pública e Excursionismo**

O turismo, por sua característica, é uma atividade geradora de divisas e empregos para qualquer economia que decida investir neste setor. Mas os investimentos poderiam ir além da infra-estrutura básica e turística, englobando também a educação e preparando a comunidade receptora, nas políticas de desenvolvimento local, em ações conjuntas dos vários setores que compõem uma cidade, de acordo com as necessidades da comunidade, respeitando sua cultura e o bem estar tanto da comunidade quanto dos visitantes.

Esta é uma relação importante para a hospitalidade pública, pois, segundo Camargo (2003), a hospitalidade pública consiste no receber bem, acolher aos que chegam em seus espaços públicos organizados e estruturados, seja para uma visita de horas ou dias. Uma cidade somente torna-se acolhedora se oferecer reais condições de qualidade de vida aos residentes e, em consequência, àqueles que a visitam.

É interessante ressaltar, neste contexto, a questão dos indicadores de hospitalidade. Existem três conjuntos de indicadores:

- Indicadores físicos (ar, água, ruído), biológicos (solo, vegetação e fauna) e estéticos (paisagem, patrimônio cultural, arquitetura, etc);
- Indicadores relativos aos equipamentos urbanos, correspondendo aos problemas do ambiente, ao estado da população em termos de conforto, saúde e lazer e às atitudes com o estranho, o hóspede;
- Indicadores que reflita a recepção do ambiente pela população e resulte de critérios tais como conviviabilidade ou alienação, estabilidade ou instabilidade, segurança ou crime, hospitalidade ou afastamento. (GRINOVER, 2003, p. 51)

Destes três conjuntos de indicadores, acredita-se que o último grupo é o que chama mais atenção para o objeto deste estudo: a postura do município tanto no âmbito administrativo quanto social no que tange à hospitalidade do excursionista que visita uma cidade.

Em 1963, aconteceu em Roma, a Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Viagens Internacionais e Turismo, que definiu o termo “visitante” e “turista” para fins das estatísticas internacionais de viagens e que serviu como base para as demais interpretações e conceituações sobre o turismo:

O termo ‘visitante’ descreve qualquer pessoa visitando um país que não seja de sua residência, e que não venha exercer uma ocupação remunerada. Esta definição classifica turistas, como sendo visitantes temporários que permaneçam pelo menos 24 horas no país que visitam e cujo propósito pode ser classificado como lazer, negócios, família, missões e conferências. E os excursionistas são visitantes temporários que permanecem um período inferior a 24 horas no país visitado - inclui viajantes de cruzeiros marítimos - (WAHAB, 1988, p.25)

Nesta definição deve-se observar que o termo excursionista está atrelado à questão do deslocamento de pessoas entre países, não considerando o deslocamento dentro de um mesmo país. Isto se deve ao fato de o continente europeu ser composto por vários países e alguns deles com pouca extensão territorial, o que permite a um cidadão qualquer se deslocar para outro país com facilidade, dependendo da área em que habita.

Conforme Andrade (1995) a Organização Mundial do Turismo (OMT) classifica como excursionista àquele visitante que permanece por menos de vinte e quatro horas numa localidade que não seja a de sua residência fixa ou habitual, com as mesmas finalidades que caracterizam o turista, mas sem pernoitar no local visitado, já o turista é aquele visitante que permanece no mínimo vinte e quatro horas e menos de seis meses numa localidade, sem exercer trabalho remunerado.

Na definição apresentada pela OMT percebe-se que o termo excursionista é classificado de forma mais ampla, não considerando apenas a visita entre países, mas já apresentando indícios, ainda que implícitos, de deslocamento num mesmo território.

A interpretação apresentada por Barreto (1995) remete a duração de viagem aliada à possibilidade do deslocamento ser realizado não somente entre países, mas também numa região dentro de um mesmo país:

Os excursionistas são, para a International Union of Official Organization (IUOTO), aqueles visitantes que não param por um pernoite, mas que atravessam o país ou região. Um excursionista permanece por menos de 24 horas e inclui viajantes de um dia e pessoas fazendo cruzeiro. (Barreto, 1995, p.26);

Ruschmann (2002, p. 153) tem uma outra visão, inclusive, do termo excursionista, que ao seu ver pode ser classificado como recreacionista doméstico: “Pessoas que viajam dentro do país no qual residem por menos de 24 horas (sem pernoite) com os mesmos objetivos dos turistas.”

É bom destacar que as duas últimas citações são de autoras brasileiras, que adequaram o termo à realidade brasileira. Por se tratar de um país de extensão continental, com viagens de curta duração, nos termos apresentados pela Organização das Nações Unidas (raiz de todas as outras interpretações) e pela Organização Mundial do Turismo, são viáveis apenas para as regiões limítrofes a outros países. Devem ser consideradas as outras regiões do Brasil, onde a prática do excursionismo é comum entre cidades ou regiões próximas.

A expressão excursão também é empregada pelo mercado de agência de viagens e turismo para designar o conjunto de serviços turísticos, compostos por meio de transportes, hospedagem e atrativos, sejam eles naturais, históricos ou culturais em um destino turístico, aliado a uma série de outros serviços que acabam por compor o produto turístico, de acordo com Tomelin (2001). A expressão excursão remete ao programa turístico elaborado por operadoras de turismo, ou seja, viagens organizadas por empresas especializadas.

No Brasil, o excursionismo é uma modalidade de turismo bastante praticado, pois a própria dimensão que o país apresenta propicia esta prática. Dentre esta modalidade, há o destaque para aqueles que procuram no seu tempo livre viajar para o litoral por meio de excursões organizadas ou por veículo próprio, não utilizando a estrutura para hospedagem no local visitado e que apresentam como costume levar seu próprio alimento e bebida. Este tipo de público é conhecido como “farofeiro”.

Afirmam Aoun (2001) e Rodrigues (1997) que não existem muitos estudos sobre este tema, no Brasil, mas que os existentes apontam que o excursionista farofeiro pertence à população de menor poder aquisitivo e são rotulados como desordeiros que incomodam aos demais turistas e freqüentadores de praia.

Estes estudos afirmam que o farofeiro é objeto de preconceito em virtude de suas atitudes comportamentais, que são exaltadas, sobretudo, quando estão reunidos em grupos.

Assim, o termo farofeiro é usado, exclusivamente, para caracterizar o excursionista. A questão comportamental não deve ser restrita apenas ao excursionista, mas devem considerar todos aqueles que possuem uma postura não condizente à preservação do meio ambiente e respeito às outras pessoas e bens públicos e particulares.

## **6. Origens do Termo Farofeiro**

Ao investigar a etimologia da palavra “farofeiro”, percebe-se que a mesma é relacionada à questão de alimentação e viagem, pois de forma generalizada, o farofeiro ao viajar leva a sua alimentação (não necessariamente a farofa) e é próprio de quem vai à praia: “Indivíduo que mora longe da praia e a freqüenta levando o seu farnel. “ (FERREIRA, 1986, p.759)

Há outra definição que representa de forma explícita esta situação de aliar viagem à alimentação: “Indivíduo que leva seu lanche ou comida à praia, normalmente frango com farofa.” (MICHAELIS, 2001, p.103).

Nesta definição é curioso verificar que o autor aponta o frango e a farofa como elementos que compõem a base da alimentação do farofeiro durante a sua estada na praia.

Ou seja, o excursionista farofeiro pode ser definido como aquele indivíduo ou membro de um grupo que se desloca do seu local de residência em direção à praia ou outros locais de lazer público como: parques, beira de rio, cachoeira, dentre outros, com o intuito de passar apenas algumas horas, sem pernoitar no local, em busca de lazer, e que normalmente leva o seu farnel.

O excursionista farofeiro possui o estereótipo de que seu representante pertence à população de baixo poder aquisitivo, que viaja ao litoral utilizando como meio de transporte ônibus fretado, van, kombi ou veículo particular, que traz sua alimentação de casa e que são tidos como causadores de uma série de problemas para a comunidade receptora e demais turistas, devido ao seu comportamento, fato este comprovado por meio da pesquisa.

Os poucos autores brasileiros, citados acima, que abordam este tema, apresentam uma mensagem que denigre a imagem daqueles que buscam o seu direito constitucional de lazer nas praias, baseados nas informações da comunidade local que recebe deste tipo de demanda e de demais turistas, sem haver a preocupação no entendimento do universo da população de baixo poder aquisitivo.

Uma pesquisa realizada por Macedo & Figueiredo (1986), na praia do Perequê (bairro do município do Guarujá) e no distrito de Bertioga (que na época ainda não havia se emancipado politicamente de Santos) expõe o preconceito que a comunidade receptora e

demais freqüentadores da praia possuem quanto ao excursionista farofeiro. Nessa pesquisa realizada em 1986 a situação retratada não se apresenta de forma diferente da atual.

Na postura condenatória, os farofeiros são denunciados pela falta de modos, falta de respeito à propriedade alheia e falta de respeito às pessoas; no fundo, estão presentes os excessos de álcool, de drogas, de gente, de sujeira, bem como a ausência de respeito aos limites entre as esferas do público e do privado, que faz dos espaços abertos da praia e do mar, cozinha, banheiro e dormitório. O farofeiro é o protótipo do excessivo, tornando-se caso de polícia. Essa percepção do outro como imoral e anti-social permite sua construção como um inimigo potencial, e passa a ser justificadora de atitude de expulsão, segregação ou, no mínimo, de esforço de controle. (MACEDO & FIGUEREDO, 1986, p. 68);

O quadro retratado acima expressa uma total desordem e descaso. É importante compreender as razões que motivam tais comportamentos.

Deve-se considerar que os espaços destinados aos excursionistas farofeiros não possuem uma infra-estrutura adequada para sua recepção. A partir do momento em que não há uma oferta, por exemplo, de banheiros, vestiários, duchas, pontos de alimentação com preços acessíveis, lixeiras em quantidades suficientes, programas de conscientização e fiscalização, e tudo isso somado a grande quantidade de excursionistas disputando o mesmo lugar, acaba por incentivar as atitudes descritas. Talvez estes comportamentos reflitam o descaso que estas pessoas sofrem por parte do poder público e comunidade local. E por meio de tais comportamentos buscam chamar atenção para a situação em que se encontram.

Magnani (1998), em seu estudo sobre o lazer das populações dos bairros periféricos da cidade de São Paulo, buscou compreender e vivenciar o cotidiano dessas pessoas, suas relações sociais, seus códigos e suas formas de lazer, sem se deixar influenciar pelo estereótipo imputado à classe popular.

O estudo traz a tona às dificuldades enfrentadas pelas pessoas que moram na periferia, recorda a luta do movimento operário em busca da diminuição da jornada de trabalho, para assim poder usufruir o seu tempo livre para as atividades de lazer, culturais, do descanso, entre outros. Porém esta luta não alcançou o objetivo almejado:

É bem verdade que nas atuais condições de vida dos trabalhadores nos grandes centros urbanos, seu tempo, energia e recursos são, em grande parte, utilizados para assegurar a

sobrevivência. No entanto, sempre sobra disposição, um tempinho e uns trocados para o baile ou circo no sábado à noite, para a partida de futebol das manhãs de domingo, a sinuca no fim da tarde, a festa de aniversário ou casamento de algum colega e às vezes até para uma rapidíssima excursão a Aparecida do Norte, ou então a Praia Grande, na festa de Iemanjá. Talvez não se encontrem, nestas formas de diversão, as marcas de um lazer ou cultura idealmente associados ao estilo de vida operário, mas é assim que se desfruta o escasso tempo livre nos bairros da periferia de São Paulo. (MAGNANI, 1998, p. 21)

Como abordado anteriormente, o estereótipo do farofeiro tido como tradicional resume-se na desordem segundo opinião dos demais freqüentadores das praias, mas conforme a reportagem do Jornal Folha de São Paulo, de 16 de fevereiro de 1994, existe também o chamado farofeiro moderno, que é aquele que é “*consciente em relação ao meio ambiente*”, ou seja, após usufruir a praia recolhe o seu lixo e o coloca em local apropriado, respeitando o espaço dos demais. Outras denominações encontradas são: *farofa chic* ou *farofa sofisticada*. O que o difere do farofeiro tradicional é o tipo de farnel levado à praia e ao comportamento em tese.

Os “farofeiros modernos” se consideram diferentes dos farofeiros tradicionais. Aliás, não se consideram farofeiros, seu poder aquisitivo sem dúvida é superior ao do tradicional, para isto basta verificar o tipo de farnel utilizado e o fato de eles não deixarem rastros de sujeira. Aliás, consideram seu passeio um *pic nic*.

Enfim, quanto à representação social do farofeiro, a teoria da Representação Social elaborada por Serge Moscovici (1960), possibilitou um maior desenvolvimento da psicossociologia do conhecimento, tanto que vários estudiosos das áreas de psicologia como da sociologia buscam como embasamento de suas pesquisas a teoria da Representação Social, ou seja:

Um conjunto de conceitos, explicações e afirmações que se originam na vida diária no curso de comunicações interindividuais. São o equivalente, em nossa sociedade, aos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais, poder-se-ia dizer que são a versão contemporânea do senso comum. (LEME, 1993, p. 47);

A autora ainda indica que a representação é basicamente um processo de classificação e nomeação, um método de estabelecer relações entre categorias e rótulos. Ao analisar tal conceito, defende que ao rotular qualquer situação ou pessoa, atribui-se para tal um valor positivo ou negativo (não permitindo a neutralidade) e uma posição hierárquica, o que conduz a uma forma de julgamento e estigmatização de uma situação ou pessoa. A representação social recai na questão da percepção que uma sociedade tem de seu cotidiano e a qual forma pela qual essa percepção é expressa.

Neste contexto, a representação social que se faz do farofeiro baseia-se no estereótipo de ser uma pessoa que pertence à população de baixo poder aquisitivo, possui intrinsecamente um comportamento desordeiro, que frequenta a praia aos finais de semana (permanecendo na praia normalmente apenas um dia), vai acompanhado pela família ou amigos em busca de lazer, traz consigo alimento e bebida já preparados em sua residência e outros objetos, agride o meio ambiente sujando a praia, não se importa com os outros frequentadores e se deslocam para o litoral utilizando ônibus de excursão, vans e carros populares velhos tais como Brasília e Kombi, gerando assim o valor negativo do processo de estigmatização.

## **7. O Município de Bertioga e o Excursionismo**

De acordo com a Secretaria de Turismo, Comércio e Assuntos Náuticos (2004), de Bertioga, este Município localiza-se no litoral norte do Estado de São Paulo. Faz divisa com os municípios de Salesópolis, Biritiba-Mirim e Mogi das Cruzes, ao norte; São Sebastião, a leste; Santos, a oeste e Guarujá, ao sul.

As principais rodovias de acesso a Bertioga encontram-se em boas condições de conservação, podendo ser acessada pela região sul e leste da cidade de São Paulo, distante apenas 108 Km., possuindo uma oferta turística diversificada, tais como: praias, trilhas, rios e cachoeiras na Mata Atlântica, inseridas no Parque Estadual da Serra do Mar, além de construções históricas.

Em 19 de Maio de 1991, Bertioga conquistou sua emancipação político-administrativa do município de Santos. Atualmente, as principais atividades econômicas do município são a construção civil, a pesca e o turismo.

Conforme a Secretaria de Turismo, Comércio e Assuntos Náuticos (2003) o município é composto por 33 Km de praias diversificadas. Com 491 Km<sup>2</sup> de área, sendo 85% de preservação permanente, Bertioga tem uma vocação natural para o Ecoturismo e o Turismo Sol e Praia.

A cidade está cercada pelas belezas da Mata Atlântica que podem ser observadas nas diversas trilhas ecológicas existentes e que levam a cachoeiras, rios e piscinas naturais.

Apesar de todo este cenário favorável à exploração turística, o município sofre com a falta de infra-estrutura tanto básica como turística. Durante os meses de verão a situação é agravada, a cidade que possui 30.903 habitantes, segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000), na temporada de verão passa para 300.000 pessoas, estes produzem em média cerca de 120 toneladas de lixo ao dia, acarretando aumento do esgoto e poluição de canais fluviais e praias, além da piora no trânsito, entre outros fatores.

Bertioga também se desenvolveu por meio do turismo de segunda residência, há vários loteamentos e condomínios fechados de médio e alto padrão, sendo o seu representante máximo a Riviera de São Lourenço, além das segundas residências, grande parte localizada na praia da Enseada.

A atividade do excursionismo concentra-se em sua maioria ao longo da praia da Enseada, totalizando uma área de 16 Km, sendo que por toda a sua extensão a oferta de infra-estrutura existente para abrigar excursionistas, tanto particulares como coletivos, apresenta uma estrutura precária, em sua maioria de forma ainda armadora.

Desde a primeira gestão municipal de Bertioga, o excursionismo tem sofrido uma série de ações restritivas, uma vez que a municipalidade não tem oferecido condições adequadas para o recebimento deste público.

Ainda é comum deparar-se com a intervenção da polícia local no sentido de controlar do fluxo de excursionistas, através da formação de bloqueios nas entradas do município para impedir o excesso de excursionistas. Limitam a entrada daqueles que não foram previamente cadastrados e autorizados a entrar no município. O controle somente surte efeito em relação a Vans e ônibus, mas nada pode ser feito em relação aos carros e excursionistas particulares.

Apesar das ações restritivas, Bertioga ainda convive com o excesso de ônibus de excursões clandestinos. Mesmo a Prefeitura formando bloqueios nas entradas do município, estes não são eficazes e muito menos hospitaleiros. Fora isto, os veículos particulares acabam piorando o trânsito já que as vias públicas não comportam o excesso de veículos.

Um dos maiores problemas percebidos é que esta modalidade de turismo tem gerado uma arrecadação financeira incompatível para a comunidade local, pois o volume de excursionistas, na sua grande maioria, traz alimentos e bebidas de suas residências, por considerar a alimentação cara em Bertioga. Sendo assim, muito pouco lucro tem os comerciantes de alimentos locais, apesar do caos que enfrentam na cidade.

Há ainda vários outros problemas relacionados ao comportamento dos excursionistas, sejam eles particulares ou coletivos, devido à falta de estrutura e fiscalização, tais como: restos de comida, latas de bebidas, papéis de bolachas e de chocolates, fraldas sujas de bebês, etc. largados na areia; fora o fato de muitos se banharem com roupas íntimas, deixarem o som do carro ligado no último volume, brigarem entre si ou com o morador que reclama, beberem em excesso, dentre outras posturas inadequadas. Estes e demais fatos como, por exemplo, a falta de cortesia da comunidade que se sente agredida por toda esta situação, remete a imagem de um município não hospitaleiro e que não tem aproveitado de maneira eficiente o seu potencial turístico, seja por falta de vontade política, ou por falta de conscientização tanto da comunidade como dos excursionistas e demais turistas.

## **8. Resultados da Pesquisa**

### **Entrevista com moradores locais a respeito do excursionismo**

Por meio desta pesquisa constatou-se que para o morador local identifica o excursionista sob a alcunha de farofeiro. A maioria dos residentes e trabalhadores locais (90%) também se queixaram da sujeira na cidade, no caso atribuída aos excursionistas. No geral, todos se desagradam da presença dos farofeiros em Bertioga, pois 60% os vêem como prejudiciais, em seu conceito os farofeiros denigrem a imagem da cidade e geram uma série de problemas aos moradores e turistas. Mais de 60% apontam os farofeiros como os únicos responsáveis pela sujeira na praia, 47% os consideram sem educação, 25% os rotulam como bagunceiros.

A maioria dos entrevistados acha que os farofeiros não contribuem economicamente para a cidade, uma vez que em sua maioria trazem alimentos e bebidas de suas casas. Já os que consideram que os farofeiros contribuem são as pessoas que trabalham no comércio de alimentos e bebidas que atendem ao excursionista, pois sabem que eles sempre acabam comprando alguma coisa para comer ou beber e até *souvenir*.

Embora os moradores de modo geral, cerca de 70%, não gostem dos farofeiros, os demais, cerca de 30%, não admitem que seja proibida a entrada deles na Cidade, pois o direito de ir e vir é de todos.

Enfim, impera o preconceito de um grande número de moradores em relação aos farofeiros em Bertioga.

### **Entrevista com os excursionistas**

Por meio desta pesquisa, descobriu-se que Bertioga é procurada por excursionistas em sua maioria vindos da cidade de São Paulo, principalmente, dos residentes na Zona Leste, seguidos por aqueles que residem na região de Mogi das Cruzes. Normalmente, viajam acompanhados por familiares e amigos, utilizando carros particulares (52%) e veículos coletivos (43%), e têm como costume levar alimentos e bebidas em suas viagens seja por ordem econômica ou por desconhecimento da oferta de restaurantes mais baratos em Bertioga.

Em sua maioria possuem o Ensino Médio incompleto, mas encontram-se ativos no mercado de trabalho, com uma média de renda familiar em torno de R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00 (50% dos entrevistados) e 32% deles, possuindo renda familiar inferior a R\$ 500,00. Com isto, percebe-se o estereótipo do farofeiro como pessoa de baixo poder aquisitivo. Todavia, analisou-se também que 18% dos excursionistas entrevistados possuem renda familiar entre R\$ 1.001,00 a R\$ 3.000,00. Portanto, não se pode afirmar que o excursionista farofeiro é exclusivamente um cidadão com baixo poder aquisitivo.

Quando viajam por meio de excursões, estas são organizadas pelo próprio grupo, normalmente constituído por familiares, vizinhos e amigos. Quando questionados sobre o valor médio de gasto por pessoa em Bertioga, 32% dos entrevistados responderam gastar menos do que R\$ 20,00, pois trazem de casa quase tudo o que é necessário para passar um dia na praia. Quanto à alimentação dos excursionistas, estes costumam levar em suas viagens bolachas, petiscos, sanduíches de frios, pão, arroz, feijão, frutas, salgadinhos, refrigerantes e cervejas. Gostam muito de fazer churrasco na praia de forma improvisada (trazem churrasqueiras portáteis ou então tijolos e grelha), uma vez que não existem churrasqueiras públicas em Bertioga. No ponto de vista dos entrevistados quando questionados sobre o que a cidade de Bertioga poderia lhes oferecer, a fim de prolongar a sua estada, a maioria apontou a melhoria da infra-estrutura, pois acham que a cidade oferece muito pouco neste setor, reclamaram do esgoto a céu aberto, pouca quantidade de lixeiras (inclusive em relação à distância entre uma e outra), falta de banheiros e duchas públicas, elevados preços de hospedagem, alimentação e outros serviços, além das poucas opções de lazer e entretenimento.

### **Ocupação Espacial do Excursionista**

Por meio da elaboração de mapas a fim de averiguar as áreas mais procuradas pelos excursionistas e as que possuem melhor infra-estrutura de recebimento, foi possível notar a

falta de uniformidade na infra-estrutura de praia ao longo da costa de Bertioga. O setor mais estruturado da praia encontra-se na Enseada, que por sua vez é fragmentada, espaços classificados como Zona Turística 2 , encontram-se contíguos em sua maioria à Zona Turística 1, mas por esta oferecer uma maior infra-estrutura são mais procurados pelos turistas e excursionistas do que a Zona Turística 2.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentado de Bertioga não contempla em nenhum momento de forma explícita a questão do excursionismo, o que demonstra não haver uma política pública desenvolvida neste sentido.

### **9. Considerações Finais**

As análises realizadas no âmbito desse estudo tiveram por escopo conhecer as principais tendências do setor de turismo, considerando-se, para tal, as especificidades da dimensão local. O trabalho realizado permitiu, de um lado, identificar o segmento de Excursionismo como um dos mais comuns e fortemente predominantes na região e, de outro, selecionar, alternativas, aquelas mais factíveis para o desenvolvimento desse setor em Bertioga considerando-se a questão da hospitalidade.

Nessa linha, cabe considerar os seguintes aspectos:

- Bertioga é, sem dúvida, conforme comprovaram a pesquisa de campo, uma cidade que necessita de um sério planejamento e políticas públicas de turismo no que tange a hospitalidade ao excursionista, devido sua enorme demanda para aproveitamento das belezas naturais. Portanto é promissora para o desenvolvimento do turismo;
- Por ter 85% de seu território inserido no Parque Estadual da Serra do Mar, deveria explorar, de forma sustentada e estruturada, o Ecoturismo e demais atividades de lazer, para que estas novas opções turísticas certamente possam ajudar a criar alternativas de visitação para Excursionistas e turistas, aliviando assim a demanda para a praia .
- O segmento do Excursionismo é identificado como um dos mais problemáticos e o do Ecoturismo é identificado como um dos mais promissores no que diz respeito à geração de emprego e ampliação da renda; e
- Por fim, é chegado o momento de implementar uma política setorial do turismo, em que as estratégias estejam presentes de maneira mais clara, explicitadas na forma de ações específicas, que não percam de vista,

além das questões urgentes a serem tratadas com relação ao Excursionismo, valorizar mais o segmento de Ecoturismo, bem como trabalhar com a conscientização da população local em relação ao excursionista e também do próprio excursionista .

Cumpre, ao final, previamente lembrar que conforme promete a legislação do Município de Bertioga, é preciso o Poder Público local promover e incentivar o turismo como fator de desenvolvimento sócio-econômico e de afirmação dos valores culturais e históricos nacionais e locais.

Cabe ao Município de Bertioga, observada a legislação federal, definir clara e seriamente uma política de turismo, suas diretrizes e ações e não mais restringir ou oferecer estruturas inadequadas para o recebimento de excursionistas, uma vez que o direito de ir e vir é constitucional e cabe às municipalidades respeitarem este direito.

#### **10. Bibliografia**

ABDEL-WAHAB, Salah E. **Introdução à administração do turismo**. 2ª ed.: São Paulo, Pioneira, 1988.

AOUN; Sabáh. **A procura do paraíso no universo do turismo**. Campinas/SP: Papyrus, 2001.

BARRETTO, Margarita. **Planejamento e organização em turismo**. Campinas/SP: Papyrus, 1991.

BENI, Mario Carlos. **Análise do desempenho do sistema nacional de turismo instituído na administração pública**. Tese de Livre-Docência da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 1991.

\_\_\_\_\_ **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Senac - São Paulo, 2002.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2002.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do Brasil no turismo**. São Paulo: Atlas, 2003.

FELLINI, Lourdes. **Turismo: uma atividade municipal**. Porto Alegre: Est. 1983.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2ª ed. São Paulo: Fronteira, 1986.

GRINOVER, Lúcio. **Hospitalidade e qualidade de vida: instrumentos para a ação**. *In*: DENCKER, Ada & BUENO, Marielys (orgs.). **Hospitalidade: cenários e oportunidades**. São Paulo. Pioneira, 2003. p. 49-60.

LEME, Maria Alice. **O impacto da teoria das representações sociais**. *In*: SPINK, Mary Jane (org). **O conhecimento do cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

MAGNAMI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço**. São Paulo: Hucitec, 1998.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Hucitec, 1997.

RUBINO, Silvia. **Políticas públicas de turismo: a hospitalidade pública ao excursionista em Bertioga**. 2004. 168 f. Dissertação (Mestrado em Hospitalidade), Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2004.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 9ª ed. Campinas/SP. Papirus, 2002.

TOMELIN, Carlos Alberto. **Mercado de agência de viagens e turismo: como competir diante das novas tecnologias**. São Paulo: Aleph, 2001.